

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS

Edital 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	170106-SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS	JORGE YABUSAME	30/04/2026 14:55 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	26/2026	11597.000058/2026-54

1. DO OBJETO

Pregão Eletrônico nº 90004/2026

Contratante/Gerenciador: UASG 170106

Objeto: Registro de preços para a contratação de pessoa jurídica para a prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada para chamadas local (STFC-LO) e de Serviço de Telefonia para chamadas longa distância nacional, na modalidade Discagem Direta a Ramal (DDR), originadas de Fixo-Fixo e Fixo-Móvel, para atender a Superintendência Regional de Administração do MGI no Mato Grosso do Sul.

Valor total da contratação: R\$ 36.821,50 (trinta e seis mil, oitocentos e vinte um reais e cinquenta centavos)

Data da sessão pública: Dia 19/5/2026 às 10h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento: menor preço por grupo

Modo de disputa: Aberto

Tratamento favorecido ME/EPP/Equiparadas: Sim

Margem de preferência para algum item: Não

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas

Superintendência Regional de Administração no Estado do Mato Grosso do Sul
Planejamento e Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº90004/2026

Processo Administrativo nº11597.000058/2026-54

Torna-se público que a Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos em Mato Grosso do Sul – SRA-MGI/MS, por meio do setor de planejamento e licitação, sediado a Rua Pimenta Bueno, nº 139, Bairro Amambai - Campo Grande/MS, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços para a contratação de pessoa jurídica para a prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada para chamadas local (STFC-LO) e de Serviço de Telefonia para chamadas longa distância nacional, na modalidade Discagem Direta a Ramal (DDR), originadas de Fixo-Fixo e Fixo-Móvel, para atender a Superintendência Regional de Administração do MGI no Mato Grosso do Sul, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.5. A licitação será realizada em grupo único, formado por 6 (seis) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo 10 deste Edital).

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. sociedades cooperativas;

3.6.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.13. pessoas físicas.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 9.1.1 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.5.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100%.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil .

6.7. Na presente licitação, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte terão assegurado o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, incluindo os benefícios de regularização fiscal, preferência em caso de empate e possibilidade de subcontratação, nos termos da legislação vigente

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um) por cento.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas brasileiras;

7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

- I – proposta de preços ajustada (Anexo 2);
- II – documentos de capacidade técnica (Anexo 3);
- III – declaração de vistoria ou de renúncia (Anexos 4 e 5);
- IV – declaração de não vínculo familiar (Anexo 6);
- V – declaração de ciência das condições do edital (Anexo 7);
- VI – declaração de elaboração independente de proposta (Anexo 8).

7.24.5.1 As declarações dos incisos V e VI poderão ser dispensadas quando já prestadas no sistema eletrônico.

7.24.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.16. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por email: epcon.sra.ms@gestao.gov.br.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Considerando que, na presente contratação, a avaliação prévia do local de execução é recomendável para o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto, o licitante poderá realizar vistoria prévia do local. O Anexo 4 do Edital disponibiliza modelo de declaração de vistoria para utilização pelos licitantes que optarem por realizá-la.

9.7.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo email: epcon.sra.ms@gestao.gov.br ou telefone (67) 3345-4114, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.7.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá apresentar declaração formal de renúncia à vistoria, conforme modelo constante do Anexo 5 do Edital, por meio da qual declara que optou por não realizar a visita técnica, assumindo integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta e pelas condições de execução do objeto, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições locais.

9.7.3. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá, para fins de habilitação, apresentar uma das duas declarações.

9.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.10.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

9.12.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.12.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.10.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 02 (dois) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.compras.gov.br ou pncp.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.2. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.2.1. fraudar a licitação;

14.2.2. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.2.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.2.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.2.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.2.3. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.2.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.3.1. advertência;

14.3.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.5. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.5.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.5.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.16.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: email:epcon.sra.ms@gestao.gov.br .

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.compras.gov.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo 1 Edital – Termo de Referência nº 6/2026;

Anexo 1 TR – Estudos Técnicos Preliminares nº 5/2026;

Anexo 2 Edital - Modelo de proposta de preços;

Anexo 3 Edital - Modelo de atestado de capacidade técnica;

Anexo 4 Edital - Modelo de Declaração de vistoria;
Anexo 5 Edital - Modelo de Declaração de renúncia de vistoria;
Anexo 6 Edital - Modelo de Declaração de não vínculo familiar;
Anexo 7 Edital - Modelo de Declaração de ciência das condições do edital;
Anexo 8 Edital - Modelo de Declaração de elaboração de proposta independente;
Anexo 9 Edital - Minuta do Instrumento de Medição de Resultados - IMR;
Anexo 10 Edital - Minuta da Ata de Registro de Preços;
Anexo 11 Edital - Minuta do Termo de Contrato.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAURICIO BENICIO DOS SANTOS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 14:55:42.

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS

Termo de Referência 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	170106-SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS	JORGE YABUSAME	29/04/2026 14:34 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	26/2026	11597.000058/2026-54

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 11597.000058/2026-54)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Registro de preço para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços contínuos de telefonia fixa comutada para chamadas local (STFC-LO) e de serviço de telefonia para chamadas de longa distância nacional, na modalidade Discagem Direta e Ramal DDR), originadas de Fixo-Fixo e Fixo-Móvel, para atender Superintendência Regional de Administração do MGI no estado de Mato Grosso do Sul- SRA/MS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1							
Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS							
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS							
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	UNITÁRIO	TOTAL
1	Habilitação terminal não residencial/ taxa instalação	26085	Unidade	1		R\$ 685,00	R\$ 685,00
2	Assinatura de DDR (30 ramais) x 24 meses	26093	Unidade	720		R\$ 37,95	R\$ 27.324,00
3	Chamadas locais fixo-fixo STFC-Local-FF	26115	Minuto	36.000		R\$ 0,06	R\$ 2.160,00
4	Chamadas locais fixo-movel STFC-Local-FM (VC1)	26123	Minuto	26.400		R\$ 0,12	R\$ 3.168,00
5	Chamadas nacionais fixo-fixo STFC-LDN-FF (degraus 1 a 4)	23131	Minuto	26.400		R\$ 0,09	R\$ 2.376,00
6	Chamadas nacionais fixo-movel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	Minuto	7.390		R\$ 0,15	R\$ 1.108,50
Valor Total Estimado do Grupo 1: (trinta e seis mil, oitocentos e vinte e um reais e cinquenta centavos)							R\$ 36.821,50

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador.

ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE					
Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS					
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS					
			REQUISIÇÃO	REQUISIÇÃO	QUANTIDADE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MÍNIMA	MÁXIMA	TOTAL
1	Habilitação terminal não residencial/ taxa instalação	Unidade	0	1	1
2	Assinatura de DDR (30 ramais) x 24 meses	Unidade	0	720	720
3	Chamadas locais fixo-fixo STFC-Local-FF	Minuto	0	36.000	36.000
4	Chamadas locais fixo-movel STFC-Local-FM (VC1)	Minuto	0	26.400	26.400
5	Chamadas nacionais fixo-fixo STFC-LDN-FF (degraus 1 a 4)	Minuto	0	26.400	26.400
6	Chamadas nacionais fixo-movel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	Minuto	0	7.390	7.390

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante no Item 4.1 do Estudo Técnico Preliminar que integra este Termo de Referência como Anexo 1.

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que visam atender às necessidades dos Órgãos de forma permanente e contínua, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o funcionamento das atividades finalísticas da unidades, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público e o cumprimento da sua missão institucional, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da **Ata de Registro de Preços** será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, em caráter excepcional e devidamente justificado, por igual período, até o limite máximo de 24 (vinte e quatro) meses, desde que comprovada a vantajosidade e mantidas as condições originalmente pactuadas, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

1.4.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser revogada ou ter sua vigência encerrada antecipadamente, mediante motivação formal, por razões de interesse público devidamente comprovadas, inclusive em decorrência da conclusão de novo processo licitatório ou da implantação de solução administrativa superveniente.

1.5 O prazo de vigência do **Contrato** será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada, a cada prorrogação, a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições inicialmente pactuadas.

1.5.1 A prorrogação de que trata o item anterior fica condicionada à natureza contínua do objeto, à existência de previsão no instrumento convocatório e à demonstração de que a manutenção da contratação é mais vantajosa do que a realização de novo certame.

1.5.2 Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade competente, o prazo contratual poderá ser prorrogado além do limite previsto no item anterior, quando necessário para assegurar a continuidade do serviço, nos termos da legislação aplicável.

1.5.3 O contrato poderá ser encerrado antecipadamente por razões de interesse público, devidamente motivadas, inclusive em decorrência de reestruturação administrativa, implantação de solução institucional superveniente ou realização de nova contratação que se mostre mais vantajosa.

1.6 As condições específicas de execução, prazos e vigência das contratações decorrentes desta Ata serão estabelecidas no contrato ou instrumento equivalente a ser celebrado, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Quanto ao orçamento estimado e sua divulgação:

2.2.1. Trata-se de contratação de serviços comuns, amplamente ofertados no mercado, cujos preços são conhecidos e acessíveis, não havendo complexidade técnica ou risco de comprometimento da competitividade que justifique a adoção de sigilo orçamentário.

2.2.2. Dessa forma, opta-se pela divulgação do orçamento estimado previamente à fase de lances, com o objetivo de ampliar a transparência, permitir maior aderência das propostas à realidade de mercado e reduzir o risco de apresentação de preços inexequíveis ou excessivos.

2.2.3. A medida encontra respaldo no art. 18, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, estando devidamente motivada quanto ao momento de divulgação.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI /MPOG no 01, de 19/01/2010, sem prejuízo de outras normas que regulem sua atividade;

4.1.2. Providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, entendido como aqueles produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso e sujeitos à disposição final, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada;

4.1.3 Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.4 A contratada deve ter políticas e práticas sólidas de gestão de resíduos, incluindo a redução, reutilização e reciclagem de equipamentos e materiais utilizados na prestação dos serviços de telefonia;

4.1.5 Possuir políticas de compromisso com a sustentabilidade ambiental

Subcontratação

4.2. É vedada a subcontratação do objeto principal, admitindo-se, contudo, a subcontratação parcial de atividades acessórias ou complementares, especialmente aquelas relacionadas à interconexão de redes de telecomunicações, uso de infraestrutura de terceiros e meios de transmissão, desde que não implique transferência da responsabilidade pela execução contratual.

4.2.1. A subcontratação não exime a contratada de sua responsabilidade integral pela execução do objeto, permanecendo como única responsável perante a Administração por todos os serviços prestados.

4.2.2. Não será admitida a subcontratação de atividades consideradas essenciais à prestação do serviço, tais como a gestão do serviço contratado, o atendimento à contratante e a responsabilidade pela garantia e pelos níveis de serviço estabelecidos.

Vistoria

4.3. A avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento das condições e peculiaridades do objeto, assegurado ao interessado o direito de realizar vistoria acompanhada por servidor designado, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h, conforme dados constantes no quadro abaixo:

GRUPO 1
Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul (SRA/MS)
Rua Pimenta Bueno, nº 139 - CEP 790005-020 Bairro Amambá - Campo Grande - MS
Contato: Sr. Wyllians Verissimo da Silva - e-mail: wyllians.silva@gestao.gov.br
Telefone: (67) 3345-4115

4.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5. Para a vistoria, o representante legal ou responsável técnico da empresa deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade e comprovação de habilitação expedida pela empresa.

4.6. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico (Anexo 5 do Edital), atestando ciência das condições e peculiaridades da contratação.

4.7. A ausência de vistoria não poderá fundamentar alegações posteriores de desconhecimento das instalações ou dificuldades na execução, cabendo ao contratado assumir integralmente os ônus decorrentes.

4.8. Antes do início da execução contratual, a empresa contratada deverá realizar vistoria técnica nas instalações da contratante, com atenção especial ao sistema de PABX e à infraestrutura existente.

4.9. O objetivo é verificar, in loco, as condições existentes e assegurar a plena compatibilidade entre os equipamentos e tecnologias que serão utilizados pela empresa e aqueles já instalados no órgão, evitando, assim, quaisquer divergências que possam comprometer a correta integração, a continuidade e a eficiência dos serviços prestados.

4.10. Constam como anexos do edital os modelos de declaração de vistoria (Anexo 4 do Edital) e de renúncia de vistoria (Anexo 5 do Edital). A apresentação de uma dessas declarações, entre os documentos de habilitação, será obrigatória pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

Instalação de escritório

4.11. Não se considera imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima, no município de Campo Grande - MS.

Reajustamento de Preços

4.12. Os preços contratados serão reajustados anualmente, a partir da data-base do orçamento estimado, utilizando-se o índice oficial definido no edital (IPCA/IBGE), conforme art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias da emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. A tecnologia mais adequada, apontada pelo presente estudo, é a Telefonia Tradicional, com auxílio de um PABX existente no local, com melhor aproveitamento dos investimentos em infraestrutura local de telefonia e maximização do atendimento às demandas de comunicação telefônica registradas nos planos anuais dos órgãos.

5.1.4. Serão realizadas manutenções periódicas solicitadas pela contratada por meio de Ordem de Serviço;

5.1.5 Na hipótese de ocorrência de interrupções total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 4 (quatro) horas. Caso haja indisponibilidade do Entroncamento IP e não haja interrupção no serviço para a CONTRATADA por conta do encaminhamento das chamadas de saída para o Entroncamento EI, ou vice-versa, as falhas em questão deverão ser corrigidas em até 8 (oito) horas.

5.1.5.1. Durante o período de ativação dos serviços e de eventual portabilidade numérica, deverão ser asseguradas as condições mínimas de continuidade da prestação, sendo vedada a interrupção total injustificada do serviço.

5.1.6 A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos entroncamentos de entrada, nos entroncamentos de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA.

5.1.7 As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Pimenta Bueno, 139, Bairro Amambai, CEP 79005-020, Campo Grande/MS.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: 24 (vinte e quatro) horas por dia e nos 07 dias da semana de forma ininterrupta.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1 A contratação abrange o Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, a partir dos terminais não residenciais e, a depender do grupo licitado, abrangerá os seguintes serviços:

- Habilitação de terminal não residencial/taxa instalação;
- Assinatura de terminal não residencial com facilidades PABX;
- Assinatura de DDR e Linhas Diretas;
- Assinatura de entroncamento digital;
- Assinatura básica mensal de linha telefônica;
- Chamadas Locais Fixo x Fixo Local e Longa Distância;
- Chamadas Locais Fixo x Móvel Local e Longa Distância.

5.4.2 Alternativamente, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a facilidade de portabilidade numérica, devendo esta manter a(s) faixa(s) de numeração utilizada(s) pela CONTRATANTE, sem ônus para a mesma, e independentemente da operadora do serviço a que esteja atualmente vinculada;

5.4.3 Se necessário, a CONTRATADA deverá conectar Troncos de Entrada e Saída Digitais (E1/SIP) junto às Central Telefônica do cada órgão;

5.4.4 A saída fornecida pela CONTRATADA deverá ser suficiente para evitar chamadas perdidas e proporcionar qualidade no serviço telefônico;

5.4.5 A CONTRATADA deverá realizar todas as configurações necessárias na sua rede, quanto repassar as informações para a configuração das redes das Operadoras de Telefonia Pública, incluindo a publicação da faixa de numeração e o serviço de orientação de troca de número no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos a contar da data de assinatura do contrato, devendo a entrega ser informada com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência;

5.4.6 Serão realizadas manutenções periódicas solicitadas pela contratada por meio de Ordem de Serviço.

Serviços a serem disponibilizados

5.5. Para a adequada execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar toda a infraestrutura necessária à prestação do serviço de telefonia, incluindo rede, sistemas, meios de transmissão e demais recursos técnicos, sem ônus adicional para a Administração.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. O proponente deverá apresentar proposta de preço expressa em Reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da prestação dos serviços relativos a esta contratação;

5.6.2 A estimativa de tráfego indicada neste estudo não se constitui em qualquer compromisso de consumo pela CONTRATANTE;

5.6.3. O orçamento deverá ser preenchido com os preços cotados, observando-se aqueles constantes do Plano Básico de Serviços ou Plano Alternativo de Serviços aprovado pela ANATEL. Deverá ser adotada como critério de tarifação a metodologia dada pelo Art. 18 do Anexo I à Resolução nº 755, de 11 de outubro de 2022, da ANATEL;

5.6.4 A CONTRATADA, levando em conta o perfil de tráfego informado, deverá informar os valores ofertados conforme disposto na Planilha de Formação de Preços;

5.6.5 A CONTRATADA deverá apresentar, considerando seu Plano Básico de Serviços ou Plano Alternativo de Serviços, os valores finais de cada item do Grupo, considerando o seu somatório de acordo com o Valor Total do Grupo;

5.6.6 Durante todo o período contratual, o valor do item cotado na proposta do vencedor incidirá sobre os preços dos serviços constantes do seu Plano Básico de Serviços ou Plano Alternativo de Serviços;

5.6.7 O preço proposto e levado em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade do proponente. Na proposta deverão ser apresentadas, ainda, quaisquer outras informações afins, que o proponente julgar necessárias ou convenientes;

5.6.8 Em virtude da velocidade de desenvolvimento tecnológico no setor de telefonia fixa, informamos que serão aceitas propostas com tecnologias mais atualizadas que contemplem as necessidades apresentadas pelos órgãos listados neste certame, desde que a precificação apresentada pela empresa proponente seja feita de acordo com o descrito no ETP e neste Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço

5.7. Como condição para o início da execução contratual, a contratada deverá realizar inspeção técnica integral na infraestrutura de telefonia da SRA/MS, no prazo de até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, com o objetivo de verificar a integridade da rede interna e a compatibilidade dos níveis de sinal, sincronismo e sinalização dos entroncamentos digitais com os equipamentos existentes.

5.7.1. A inspeção deverá resultar em relatório técnico circunstanciado, a ser submetido à validação da Administração, contendo a identificação das condições operacionais da infraestrutura, bem como eventuais falhas, inconsistências ou desconformidades verificadas.

5.7.2. A execução contratual terá início após a aprovação do relatório de inspeção pela Administração, momento em que será formalizado o aceite inicial.

5.7.3. Os problemas ou falhas preexistentes, devidamente registrados no relatório e validados pela Administração, não serão de responsabilidade da contratada, salvo se sua correção estiver expressamente prevista no escopo da contratação.

5.7.4. A garantia contratual abrangerá os serviços prestados pela contratada e as condições da infraestrutura consideradas aptas no aceite inicial, bem como aquelas que vierem a ser regularizadas no âmbito do contrato.

5.7.5. A ausência de registro de falhas ou inconsistências no relatório de inspeção implicará presunção de adequação da infraestrutura para fins de execução contratual, passando tais elementos a integrar o escopo de responsabilidade da contratada durante o período de garantia.

5.7.6. O objeto deverá possuir garantia integral de funcionamento pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do início efetivo da prestação dos serviços.

5.7.7. Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar a plena disponibilidade do serviço, realizando, às suas expensas, os ajustes e reparos necessários à manutenção do funcionamento regular, observados os limites de responsabilidade definidos neste instrumento.

5.7.8. A emissão da Ordem de Serviço ficará condicionada à conclusão da inspeção técnica e à validação do respectivo relatório pela Administração.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Considerando as características do objeto, não se exige a elaboração de plano formal de transição contratual. Todavia, a contratada deverá assegurar a continuidade da prestação dos serviços durante o processo de ativação e, quando aplicável, de portabilidade numérica, observando as seguintes diretrizes:

5.8.1. A contratada será responsável por conduzir integralmente o processo de ativação dos serviços e de portabilidade numérica, garantindo que não haja interrupção ou degradação relevante dos serviços de telefonia.

5.8.2. O processo de portabilidade deverá observar os prazos e condições estabelecidos pela regulamentação da ANATEL, devendo a contratada adotar todas as providências necessárias junto às operadoras envolvidas.

5.8.3. Eventuais indisponibilidades decorrentes do processo de transição ou portabilidade serão consideradas para fins de apuração de responsabilidade contratual, salvo quando comprovadamente decorrentes de fato exclusivo de terceiros, devidamente reconhecido pela Administração.

5.8.4. A contratada deverá coordenar a migração dos serviços de forma a assegurar a manutenção da numeração existente e a continuidade das comunicações, sem ônus adicional para a Administração.

5.8.5. A conclusão da ativação dos serviços e da portabilidade, quando aplicável, deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do início da execução contratual, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período do contrato

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou

emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.20. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.82. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo 9 do Edital, conforme parâmetros para a medição da qualidade aqueles definidos na regulamentação expedida pela ANATEL, em especial, o Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL (Resolução nº 717, de 23 de dezembro de 2019).

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/04/2026.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.45.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.45.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.45.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.45.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,50% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 2,00% (dois por cento) a 5,00% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10,00% (dez por cento) a 20,00 % (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida.

8.2.4.4 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5,00% (cinco por cento) a 10,00% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10,00% (dez por cento) a 15,00% (quinze por cento) do valor da contratação quando o atraso implicar prejuízo relevante à execução do objeto, hipótese em que não será aplicada cumulativamente com a multa moratória.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2,00% (dois por cento) a 5,00% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A9]

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

9.22. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação (Anexo 7 do Edital).

9.22.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.23. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicação), em plena validade;

9.23.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.24. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado (Anexo 3 do Edital), ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.24.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.24.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1,00 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.24.1.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.24.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.24.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.24.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.25. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.26. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Declarações complementares para habilitação

9.27 Encerrada a etapa de lances e verificada a conformidade da proposta, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro e via sistema Compras.gov.br, as seguintes declarações e proposta, conforme modelos anexos ao Edital:

- Proposta de preços ajustada (Anexo 2 do Edital)
- Atestado de Capacidade Técnica (Anexo 3 do Edital)
- Declaração de visita técnica ou Declaração de renúncia da mesma (Anexo 4 ou 5 do Edital)
- Declaração de não vínculo familiar (Anexo 6 do Edital)
- Declaração de ciência das condições do Edital (Anexo 7 do Edital)

- Declaração de elaboração de proposta independente (Anexo 8 do Edital)

Disposições gerais sobre habilitação

9.28. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.29. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.30. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.31. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$. R\$ 36.821,50 (trinta e seis mil, oitocentos e vinte e um reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.3 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária será exigida no momento da formalização da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, por meio da emissão de nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

Classificação da Informação – Lei nº 12.527/2011

12.1. Após análise, conclui-se que este Termo de Referência não contém informações que devam ser classificadas em qualquer grau de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Assim, o documento é público e deve ser disponibilizado integralmente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

12.2 Dessa forma, você cumpre a exigência da LAI e deixa registrado que houve a avaliação quanto à necessidade de classificação.

13. ANEXO I

EM BRANCO

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregãoº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALFREDO LANZA CHAVES

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 29/04/2026 às 14:34:02.

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS

Estudo Técnico Preliminar 5/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 11597.000058/2026-54

2. Descrição da necessidade

2.1 Os órgãos envolvidos necessitam assegurar-se da continuidade do atendimento dos serviços de telefonia fixa local e de longa distância para telefones fixos e móveis e este serviço é imprescindível tendo em vista a necessidade de comunicação via telefone com servidores, fornecedores e diversos segmentos da sociedade que precisam ser contactados diariamente para o funcionamento de tais órgãos.

2.2 O presente documento foi elaborado diante da necessidade de contratação de pessoa jurídica para a prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada para chamadas local (STFC-LO) e de Serviço de Telefonia para chamadas longa distância nacional, na modalidade Discagem Direta a Ramal (DDR), originadas de Fixo-Fixo e Fixo-Móvel.

2.3 O Contrato atual está em fase final de vigência, necessitando assim da contratação de uma nova empresa para a prestação desse serviço de modo que não haja descontinuidade do serviço e assim não haja prejuízo na comunicação dos usuários que trabalham e/ou necessitam entrar em com o órgão

2.4 Dessa forma, o presente Processo tem como objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia local e de longa distância, destinados aos órgãos indicados no Termo de Referência, com a finalidade de assegurar a continuidade das comunicações telefônicas necessárias ao cumprimento de suas respectivas missões institucionais e das atribuições previstas em seus Regimentos Internos.

2.5 O Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) constitui uma das principais ferramentas de apoio à gestão pública, sendo essencial para o pleno exercício das atividades institucionais dos órgãos. Sua disponibilidade é imprescindível para assegurar a comunicação eficiente nas aplicações operacionais, técnicas e administrativas relacionadas à telefonia fixa.

2.6 Trata-se de um serviço fundamental para a tomada de decisões gerenciais e para o suporte às atividades da área administrativa, promovendo agilidade e eficiência na execução das tarefas públicas.

2.7 Dessa forma, é necessário esclarecer a importância de garantir a continuidade dos serviços de telecomunicações, considerando que se trata de um serviço contínuo e essencial, cuja interrupção comprometeria significativamente o funcionamento da administração pública.

2.8 Por todo o exposto, verifica-se a necessidade de realizar o respectivo procedimento licitatório, para contratação dos serviços em questão, garantindo à unidade gestora a prestação de serviços de qualidade aos contribuintes e colaboradores, aliada ao critério de seleção da contratação que gere menor dispêndio orçamentário.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência Regional de Administração - SRA/MS	Maurício Benício dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os serviços objeto da presente contratação são de NATUREZA CONTINUADA, uma vez que visam atender às necessidades dos Órgãos de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas das Unidades, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público e o cumprimento da sua Missão Institucional.

4.2 Poderão participar interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste procedimento licitatório e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.3 Não será permitido a participação de empresas reunidas em consórcio por não se tratar de aquisição de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, sendo os mesmos classificados como serviço comum.

4.4 O critério de julgamento será de menor preço.

4.5 A seleção do fornecedor se dará mediante licitação na modalidade de Pregoão, na forma eletrônica.

4.6 O serviço objeto desta solução deverá obedecer às regras estabelecidas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações - Entidade integrante da Administração Pública Federal Indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao MCTIC, com função de órgão regulador dos serviços de telecomunicações no território nacional, e observadas, no que couber, a seguinte legislação:

- Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021 e suas alterações (Lei de Licitações);
- Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 (Código do Consumidor);
- Lei Geral de Telecomunicações (LGT) no 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações) alterada pela Lei Federal nº. 13.879/19;
- Decreto Federal no. 6.654, de 20/11/2008 (Plano Geral de Outorgas - PGO);
- Demais normas regulamentares expedidas pela ANATEL e o que mais for exigido neste documento e seus anexos;
- Sempre que for publicada Resolução, Norma ou Instrução Normativa, que prevaleça sobre as citadas será esta a utilizada como referência.

4.7 O serviço de telefonia fixa comutada na modalidade local deverá ser executado pela contratada obedecendo ao estabelecido no Contrato de Concessão, nas disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como no instrumento convocatório e seus anexos.

4.8 A CONTRATADA deverá realizar todas as configurações necessárias na sua rede, quanto repassar as informações para a configuração das redes das Operadoras de Telefonia Pública, incluindo a publicação da faixa de numeração e o serviço de orientação de troca de número no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos a contar da data de assinatura do contrato, devendo a entrega ser informada com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência.

4.8.1 O encaminhamento das chamadas deverá ser feito conforme as padronizações técnicas pertinentes, obedecendo à regulamentação para o setor de telecomunicações.

4.8.2 As chamadas deverão ser realizadas com boa qualidade de transmissão, em níveis adequados e sem ruídos ou interferências, com baixa incidência de queda de ligações, nos termos da regulamentação para o setor de telecomunicações;

4.8.3 A contratada deverá garantir a sua rede limpa de grampos ou qualquer outra forma de escuta de forma a garantir o sigilo, a segurança e a inviolabilidade das conversações.

4.9 O serviço será continuado sem exclusividade de mão de obra.

4.10 Identificação das necessidades de negócio

- Deve permitir a realização de chamadas de telefone fixo-fixo, fixo-móvel, local e de longa distância nacional.
- Possibilitar o bloqueio/desbloqueio de recebimento de ligações a cobrar.
- Permitir a mudança de endereço para atender a futuras reestruturações, caso ocorram.
- Deve considerar o melhor aproveitamento possível dos investimentos já realizados em infraestrutura pelos órgãos.
- Garantir a portabilidade dos atuais números telefônicos.
- Estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.
- Deve possuir um sistema de gestão para acompanhamento das ligações.

4.11 Requisitos de arquitetura tecnológica:

- A demanda dos órgãos clientes é relativamente comum ao mercado de telefonia, pois, trata-se de serviços básicos de telefonia, não exigindo serviços que demandem tecnologias especializadas.
- A CONTRATADA deverá fornecer toda a infraestrutura necessária a operacionalização e execução dos serviços ora licitados, sem qualquer ônus para os órgãos solicitantes com a instalação e manutenção dos equipamentos utilizados necessários.

- A CONTRATADA deverá disponibilizar para aos órgãos clientes, toda a tecnologia utilizada na instalação, bem como no funcionamento dos equipamentos, que tiver por objetivo a execução dos serviços, objeto desta Licitação, especificando e fornecendo-lhe detalhes sobre a operacionalização, inclusive com a possibilidade para a emissão de relatórios de desempenho, para melhor gerenciamento dos serviços.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Os estudos técnicos preliminares do setor público devem necessariamente observar como o mercado do produto em estudo se comporta e como se dá a distribuição de mercado dentre as empresas que comercializam este produto. Isso porque, além da qualidade do serviço prestado ou do tipo de produto adquirido, ao se utilizar o poder econômico do estado para se alcançar melhores condições de aquisição para o setor público, deve-se assegurar que o ambiente de negócios relacionado ao referido produto se mantenha estável e com o mesmo grau de concorrência registrado antes da intervenção da compra. Nesse sentido, a análise do grau de concentração do mercado do produto em análise, bem como dos insumos necessários visando uma atuação estratégica responsável em que ações são tomadas na modelagem do processo de compras objetivando assegurar a manutenção da concorrência do setor.

5.2 Com o advento da informatização dos diversos processos produtivos e, com o aumento da capacidade de transporte de dados, via fibra óptica, trouxe muitas possibilidades no tocante a prestação de serviços de telefonia, aumentando assim a qualidade de prestação de serviço bem como a diminuição do custo da prestação desse serviços aos usuários finais.

5.3 Dentre as diversas forma de prestação podemos elencar algumas abaixo:

- Contratação de linhas diretas convencionais que não utilizam PABX e não necessitam de atendimento simultâneo de chamadas;
- Contratação de serviço telefônico fixo comutado por meio de feixe E1 que é uma rede privada de troca telefônica e um serviço amplamente oferecido pelas operadoras de telefonia fixa;
- Contratação de serviço telefônico fixo comutado por meio de SIP que é um tronco que funciona através de transferência de dados via internet. Tronco SIP, ou em inglês SIP Trunk vem da expressão Session Initiation Protocol, tecnologia de controle de comunicações multimídia.
- Contratação da prestação de serviço de uma PABX em nuvem com fornecimento de STFC que é um sistema telefônico virtual hospedado por um provedor de serviços na nuvem. Ele utiliza a tecnologia VoIP (Voice over Internet Protocol) para fazer e receber chamadas pela Internet. Com o PABX em nuvem, as funcionalidades do sistema telefônico são acessadas via internet, eliminando a necessidade de hardware local e oferecendo flexibilidade e recursos avançados. O fornecimento de STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) refere-se à capacidade de conectar chamadas para números de telefone fixo, permitindo que o PABX em nuvem comunique-se com linhas telefônicas tradicionais. Assim, o PABX em nuvem com STFC oferece uma solução completa para comunicações, combinando a flexibilidade da nuvem com a capacidade de se comunicar com telefones fixos. Portanto o PABX em nuvem com fornecimento de STFC possui escopo mais amplo. Nele além do serviço telefônico fixo comutado é fornecida plataforma de telefonia IP em nuvem.

5.4 A cima estão descritos apenas algumas soluções dentre a variedade de formas para a prestação desse serviço, mas optamos em contratar uma empresa para a prestação de serviço da forma convencional, utilizando nosso PABX físico, que até o momento não apresenta problemas e está atendendo a demanda do órgão.

5.5 A opção em continuar da forma convencional, mesmo existido formas mais modernas para a prestação desse serviço, é devido a orientação dos técnicos da TI pois, em alguns meses, toda a rede de telefonia das SRA's passará a ser feita através de uma funcionalidade do programa da Microsoft Teams, denominado de "Teams Phone" que irá fornecer um serviços próximo a um "PABX Virtual" descrito no item 5.3.

5.6 Mas como essa migração irá demorar alguns meses e vigência do contrato existente está em fase final, optamos em realizar a contratação da forma convencional para que, no tempo oportuno, possamos fazer a migração definitiva, logo após acabarem os testes da equipe da TI.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Executar os serviços conforme especificações deste estudo e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste estudo e em sua proposta;

6.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 6.3 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 6.4 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 6.5 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 6.6 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.7 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.8 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;
- 6.9 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
- 6.10 Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL.
- 6.11 Prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.
- 6.12 Fornecer número telefônico para contato e registro de ocorrências sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, disponibilizando à CONTRATANTE a disponibilização de central de atendimento estilo "call center".
- 6.13 Credenciar por escrito, junto à CONTRATANTE, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a CONTRATADA, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução dos serviços objeto deste estudo.
- 6.14 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas, por intermédio do consultor designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação.
- 6.15 Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.
- 6.16 Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram a CONTRATADA, independente de solicitação.
- 6.17 Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 6.18 Apresentar, mensal e gratuitamente, juntamente com a Nota Fiscal, detalhamento dos serviços prestados, tanto em papel quanto em arquivo eletrônico compatível com Microsoft Office Excel ou OpenOffice Calc ou, sob demanda, em arquivo de texto no formato TXT, no padrão FEBRABAN (versão 2 ou superior, conforme www.febraban.org.br), incluindo detalhes das chamadas (número chamado e chamador, duração, data e hora da chamada, outros) e valor do serviço, que deverá conter todos os tributos e encargos, conforme preços contratados no presente processo.
- 6.19 Reconhecer o Gestor do Contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela CONTRATANTE, para realizar as solicitações relativas a esta contratação, tais como manutenção, configuração, entre outros.
- 6.20 Levar, imediatamente, ao conhecimento do Gestor do Contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.
- 6.21 Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste estudo.

6.22 Caso o problema de funcionamento do serviço detectado tenha a sua origem fora do escopo do objeto contratado, a CONTRATADA repassará as informações técnicas com a devida análise fundamentada que comprovem o fato para a CONTRATANTE, sem qualquer ônus para a mesma.

6.23 Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.

6.23.1 A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas na prestação de serviços contratada ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas.

6.24 As alterações de características técnicas decorrentes de alterações nas Centrais Telefônicas, nas características de Conectividade, ou em outros fatores que impliquem em reconfiguração de recursos por parte da CONTRATADA serão efetivadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar da solicitação da CONTRATANTE.

6.25 Acerca de alterações e/ou inclusões de endereço para instalação de linhas analógicas, para locais onde a CONTRATADA já se encontra instalada e possui folga de infraestrutura serão efetivadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos.

6.26 Ao término do contrato, a CONTRATADA prestará todo o apoio necessário à transição contratual, de forma a garantir a continuidade dos serviços prestados.

6.27 São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer espécie de solidariedade por parte do CONTRATANTE, as obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e civil, em relação ao pessoal que a mesma utilizar para prestação dos serviços de assistência técnica, durante a garantia dos produtos ora vendidos;

6.28 Quaisquer encargos sejam de natureza civil, fiscal, trabalhista ou previdenciária decorrente da execução deste contrato, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, cabendo, ao CONTRATANTE, tão somente o pagamento do preço, na forma ajustada;

6.29 Prestar o serviço objeto desta contratação 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas. Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade anual mínima em 99,90% (noventa e nove por cento e noventa centésimos) do tempo contratado. Na hipótese de ocorrência de interrupções total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 4 (quatro) horas. Caso haja indisponibilidade do Entroncamento IP e não haja interrupção no serviço para a CONTRATADA por conta do encaminhamento das chamadas de saída para o Entroncamento EI, ou vice-versa, as falhas em questão deverão ser corrigidas em até 8 (oito) horas.

6.30 A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha nos entroncamentos de entrada, nos entroncamentos de saída, bem como nos demais componentes ou equipamentos de responsabilidade da CONTRATADA.

6.31 As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis e somente serão realizadas com a concordância da CONTRATANTE.

ENQUADRAMENTO DO OBJETO

6.32 O objeto da contratação consiste na prestação de serviço de telefonia fixa comutada (STFC), classificado como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos.

6.32.1 Registra-se que o referido serviço não se enquadra como solução de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, nos termos da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, a qual exclui expressamente o serviço de telefonia fixa comutada (STFC) e a infraestrutura destinada ao tráfego de voz de seu âmbito de aplicação.

6.32.2 Dessa forma, a presente contratação não se submete ao regime específico aplicável às contratações de TIC, adotando-se o rito ordinário previsto na Lei nº 14.133/2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A contratação será dividida em grupos por órgãos e as quantidades a serem contratadas são:

7.1.1 Grupo 01 - Superintendência Regional de Administração - SRA/MS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Habilitação terminal não residencial/ taxa instalação	UNIDADE	1
2	Assinatura de DDR (30 ramais) x 24 meses	UNIDADE	720
3	Chamadas locais fixo-fixo STFC-Local-FF	MINUTOS	36.000
4	Chamadas locais fixo-movel STFC-Local-FM (VC1)	MINUTOS	26.400
5	Chamadas nacionais fixo-fixo STFC-LDN-FF (degraus 1 a 4)	MINUTOS	26.400
6	Chamadas nacionais fixo-movel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	MINUTOS	73.90

7.1.2 A tabela a cima é referente ao quantitativo para 12 (doze) meses de prestação de serviço.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 36.821,50

8.1 De acordo com o relatório de pesquisa de preços, os preços referenciais de mercado levaram a concluir pela seguinte estimativa de valor para a contratação em exame:

Grupo 01:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Habilitação terminal não residencial/ taxa instalação	UNID	1	R\$ 685,00	R\$ 685,00
2	Assinatura de DDR (30 ramais) x 12 meses	UNID	720	R\$ 37,95	R\$ 27.324,00
3	Chamadas locais fixo-fixo STFC-Local-FF	MIN	36.000	R\$ 0,06	R\$ 2.160,00
4	Chamadas locais fixo-movel STFC-Local-FM (VC1)	MIN	26.400	R\$ 0,12	R\$ 3.168,00
5	Chamadas nacionais fixo-fixo STFC-LDN-FF (degraus 1 a 4)	MIN	26.400	R\$ 0,09	R\$ 2.376,00
6	Chamadas nacionais fixo-movel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	MIN	7.390	R\$ 0,15	R\$ 1.108,50
VALOR TOTAL DO GRUPO					R\$ 36.821,50

8.2 Os serviços serão prestados no imóvel localizado na rua Pimenta Bueno, nº 139, bairro Amambai, CEP 79.005-20, Campo Grande/MS. Caso haja necessidade da mudança de local, dentro do perímetro urbano do município, a contratada deverá continuar a prestação de serviço.

8.3 Taxas de habilitação/instalação serão devidas apenas no primeiro ano do contrato, sendo que em caso de prorrogação contratual as mesmas não serão cobradas novamente.

8.4. O pagamento será feito através do consumo aferido mensalmente e o valor total é referente a prestação de serviços durante os 12 (doz) meses da vigência do contrato.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O agrupamento dos itens observou o disposto na Súmula no 247 TCU no tocante a promover a adjudicação em lotes, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala. Observou-se também o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes.

9.2 Nesse sentido, o modelo de parcelamento proposto avaliou, dentre outros aspectos, a mudança na forma de comercialização dos serviços no mercado de telefonia fixa desde a última contratação, a redução dos custos administrativos em função da simplificação do modelo proposto, os efeitos do ganho de escala na formação do preço final do lote e a manutenção da competitividade no processo de disputa do lote.

9.3 Ademais, os serviços de telefonia fixa não admitem parcelamento sem onerar ou dificultar a sua prestação, uma vez que cada serviço (item) depende de um mesmo meio físico provido pela operadora para disponibilizar os serviços aos clientes finais. Segregar estes serviços implicaria em ônus excessivo, que seria refletido de forma negativa no preço dos mesmos, pois seria necessário a construção de diversos meios físicos para realizar o mesmo acesso a fim de prestar o serviço ou ainda teria que se realizar o compartilhamento de um mesmo meio físico para mais de uma operadora a fim de que os serviços pudessem ser viabilizados, o qual não costuma ser uma prática de mercado.

9.4 Deve-se destacar também que a prestação agregada implica em maior facilidade de gerenciamento e redução de custos para a fiscalização de um único contrato, em vez de se optar por um modelo fragmentado e muito mais oneroso com a assinatura de diversos instrumentos contratuais. Logo, a separação em itens isolados dificultaria de forma excessiva a prestação dos serviços e oneraria a Administração Pública em seus processos internos.

9.5 A contratação dos serviços em grupo é a que melhor atende os interesses e necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

- Alcançar, com a presente contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração.
- Não obstante seja a economia um critério que dependerá diretamente do preço praticado no mercado e do preço ofertado pela licitante, a Administração – mediante regular e adequado certame licitatório, que visa a competitividade entre empresas do ramo e cujo fator preponderante é a proposta mais vantajosa para a Administração, qual seja, aquela que apresentar o menor preço e satisfazer todas as exigências – pretende atender ao princípio da economicidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação está prevista no Plano de Contratação Anual para 2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Espera-se com esta nova contratação no mínimo os seguintes efeitos:

- Continuidade na prestação dos serviços;
- Otimização da força de trabalho tanto na gestão quanto fiscalização de contratos;
- Atendimento a todos os preceitos legais vigentes;
- Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para esta instituição.

- Por fim, com a contratação do serviço demandado, espera-se que os órgãos requisitantes exerçam seus objetivos institucionais que envolvem atribuições tanto operacionais como administrativos, visando ainda a transparência e a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não será necessária adequação do ambiente dos órgãos envolvidos, visto que as contratações anteriores promoveram as mudanças necessárias.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não há previsão de impactos ambientais diretos decorrentes da presente contratação. Requisitos sociais, ambientais e culturais:

a) A Contratada deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI /MPOG no 01, de 19/01/2010, sem prejuízo de outras normas que regulem sua atividade.

a.1) Providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, entendido como aqueles produtos ou componentes eletroeletrônicos em desuso e sujeitos à disposição final, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada.

a.2) Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

a.3) A Contratada deverá, ainda, respeitar as normas contidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 4a edição, disponibilizado no site da AGU (AGUGuiaNacionaldeContrataesSustentveis4edio.pdf (www.gov.br)).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 A presente contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico, conforme demonstrado nos elementos constantes deste Estudo Técnico Preliminar.

15.2 VIABILIDADE TÉCNICA

15.2.1 A solução proposta – prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades local e longa distância com Discagem Direta a Ramal (DDR) – é plenamente compatível com a infraestrutura atualmente existente nos órgãos, que utilizam PABX físico em funcionamento regular e sem registro de falhas relevantes

15.2.2 Além disso, trata-se de serviço padronizado, amplamente ofertado no mercado, com requisitos técnicos definidos por regulamentação da ANATEL, não demandando soluções tecnológicas complexas ou customizadas

15.2.3 A escolha pela manutenção da solução convencional se justifica tecnicamente como solução de transição, considerando a futura migração para plataforma baseada em “Teams Phone”, ainda em fase de implementação pela área de TI

15.3 VIABILIDADE OPERACIONAL

15.3.1 A contratação é indispensável para assegurar a continuidade das comunicações institucionais, atividade essencial ao funcionamento da Administração, cuja interrupção comprometeria diretamente a execução das atividades administrativas, operacionais e decisórias.

15.3.2 O modelo proposto apresenta aderência às necessidades dos órgãos, contemplando:

- funcionamento contínuo (24h/dia, 7 dias/semana);
- portabilidade de números;
- integração com a infraestrutura existente;
- gestão e monitoramento das chamadas.

15.3.3 Não há necessidade de adequações estruturais nos ambientes, uma vez que contratações anteriores já promoveram as adaptações necessárias

15.4 VIABILIDADE ECONÔMICA

15.4.1 A solução adotada observa o princípio da economicidade, considerando:

- utilização da infraestrutura já amortizada (PABX físico);
- inexistência de investimentos imediatos em novas tecnologias;
- contratação pelo modelo convencional, evitando custos de transição antecipada;
- estimativa de valor baseada em pesquisa de mercado, no montante de R\$ 36.821,50 (trinta e seis mil, oitocentos e vinte e um reais e cinquenta centavos)

15.5 VIABILIDADE DE MERCADO

15.5.1 O levantamento de mercado identificou ampla oferta de soluções equivalentes por diversas operadoras, bem como alternativas tecnológicas (E1, SIP, PABX em nuvem), evidenciando ambiente concorrencial adequado e viabilidade de disputa

15.5.2 A opção pela solução convencional não restringe a competitividade, por se tratar de serviço amplamente disponível e consolidado.

15.6 ANÁLISE DE RISCO IMPLÍCITA

15.6.1 A contratação reduz riscos relevantes identificados:

- A contratação reduz riscos relevantes identificados:
- risco operacional na migração imediata para nova tecnologia ainda não estabilizada;
- risco de aumento de custos com adoção prematura de solução mais complexa.

15.6.2 Por outro lado, a solução adotada permite migração futura planejada, sem prejuízo à continuidade do serviço.

15.7 CONCLUSÃO

15.7.1 Diante do exposto, conclui-se que a contratação é viável, adequada e necessária, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, além de estar alinhada ao planejamento institucional e às condições reais de infraestrutura e mercado.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALFREDO LANZA CHAVES

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 16:40:21.

WYLLIANS VERISSIMO DA SILVA

Equipe de apoio

ADILTON DE OLIVEIRA INAGAKI

Equipe de apoio



ANEXO 2 EDITAL - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1. ORIENTAÇÕES QUANTO A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

1.1. Elaborar a proposta de preços em papel com identificação da empresa contendo:

- a) CNPJ;
- b) Razão social/nome de fantasia;
- c) Endereço completo;
- d) Contato corporativo (e-mail, telefone fixo, celular, whatsapp, etc.)
- e) Prazo de validade da proposta;
- f) Data e local da elaboração da proposta;
- g) Assinatura do responsável;
- h) Identificação do responsável;

1.2. Ressalta-se, ainda, que os itens 3.1 a 3.6 (Declarações), indicados nas orientações para elaboração da proposta de preços, devem obrigatoriamente constar no corpo da proposta, a fim de assegurar sua plena conformidade com as exigências estabelecidas.

2. MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS
Pregão Eletrônico nº 90004/2026

2.1. Grupo 1

GRUPO 1					
Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS					
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Habilitação terminal não residencial/ taxa instalação	Unidade	1		
2	Assinatura de DDR (30 ramais) x 24 meses	Unidade	720		
3	Chamadas locais fixo-fixo STFC-Local-FF	Minuto	36.000		
4	Chamadas locais fixo-movel STFC-Local-FM (VC1)	Minuto	26.400		
5	Chamadas nacionais fixo-fixo STFC-LDN-FF (degraus 1 a 4)	Minuto	26.400		
6	Chamadas nacionais fixo-movel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	Minuto	7.392		
Total do Grupo 1:					

3. DECLARAÇÕES

3.1. Declaramos que os serviços cotados atendem integralmente às exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 90004/2026 e seus anexos, inclusive no que se refere às especificações e características técnicas, estando a empresa de pleno acordo com todas as condições previstas no instrumento convocatório.

3.2. Informamos que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto licitado, incluindo taxas administrativas, lucro, encargos trabalhistas, seguros, frete, mão de obra e demais despesas operacionais. Estão excluídos da composição dos preços o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme legislação vigente.

- 3.3.

Estabelecemos o prazo de validade da proposta em ____ dias (mínimo de 60 dias), contados a partir da data de sua apresentação.
- 3.4.

Em caso de adjudicação do objeto, comprometemo-nos a receber a nota de empenho no prazo estipulado no edital, indicando para tanto o representante legal abaixo assinado.
- 3.5.

Dados bancários para fins de pagamento:

• Banco: _____

• Agência: _____

• Conta-corrente: _____
- 3.6.

Por fim, reiteramos que a proposta apresentada está em plena conformidade com todas as exigências do edital e seus anexos, e que os serviços ofertados atendem às especificações requeridas.

(Local), ____ de _____ de ____.

(Assinatura do representante da empresa)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

ALFREDO LANZA CHAVES
Engenheiro
MGI-SRA/MS-EPCON



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Lanza Chaves, Engenheiro(a)**, em 08/04/2026, às 20:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59929224** e o código CRC **ADF88D18**.



ANEXO 3 EDITAL - MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1. INSTRUÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica do licitante, nos termos da Lei nº 14.133/2021, deverá ser apresentado **Atestado de Capacidade Técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução satisfatória de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto ora licitado.

1.2. O atestado tem por finalidade:

- 1.2.1. Comprovar experiência prévia da empresa licitante na execução de objeto similar;
- 1.2.2. Demonstrar aptidão técnica para a execução contratual;
- 1.2.3. Assegurar confiabilidade e reduzir os riscos na contratação;
- 1.2.4. Atender aos requisitos técnicos estabelecidos no edital.

2. REQUISITOS MÍNIMOS DO ATESTADO

2.1. O atestado de capacidade técnica deve ser emitido pela empresa contratante, detalhando a execução de serviços que sejam compatíveis com o objeto da licitação.

2.2. O atestado deverá ser apresentado em papel timbrado da emitente, devidamente datado, assinado;

2.3. Serão aceitos apenas atestados que mencionem explicitamente os serviços executados e sua correlação com o objeto licitado;

2.4. A Administração reserva-se o direito de diligenciar junto à entidade emissora para confirmação da veracidade das informações;

2.5. As informações mínimas necessárias para que o atestado de capacidade técnica deve conter para ser considerado válido:

2.5.1. Identificação da Empresa Emitente

- Razão social e CNPJ;
- Endereço completo, telefone e e-mail institucional;
- Nome, cargo e assinatura do responsável pela emissão (preferencialmente com carimbo ou identificação funcional);

2.5.2. Identificação da Empresa Licitante

- Razão social e CNPJ da empresa que executou os serviços;
- Caso aplicável, nome do representante legal da empresa atestada;

2.5.3. Descrição do Serviço Executado

- Tipo de serviço prestado;
- Escopo detalhado das atividades realizadas;
- Local de execução (obra, unidade, projeto ou endereço);
- Período de execução (datas de início e término);
- Informações sobre a execução direta ou por subcontratação, se houver;

2.5.4. Resultados e Desempenho

- Avaliação da qualidade dos serviços executados;
- Cumprimento dos prazos e das obrigações contratuais;

- Grau de satisfação da contratante;

2.5.5. **Compatibilidade com o Objeto da Licitação**

- É essencial que o atestado comprove que o serviço realizado tenha características compatíveis com o objeto da licitação;
- A descrição deve incluir a natureza e a complexidade do serviço executado, de forma que evidencie a aptidão da empresa para executar o que está sendo licitado.

ALFREDO LANZA CHAVES

Engenheiro

SRA-MGI/MS-EPCON



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Lanza Chaves, Engenheiro(a)**, em 08/04/2026, às 20:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59929300** e o código CRC **2AD02CB2**.



ANEXO 4 EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA AO LOCAIS DOS SERVIÇOS

1. ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VISTORIA

- 1.1. A declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:
- a) Razão social e nome fantasia (se houver);
 - b) Número do CNPJ;
 - c) Endereço completo da empresa;
 - d) Informações de contato CORPORATIVO: e-mail, telefone fixo, celular e/ou WhatsApp;
 - e) Local e data de emissão da declaração;
 - f) Nome completo, cargo e assinatura do responsável legal pela empresa.

2. MODELO DA DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE VISTORIA AOS LOCAIS DE SERVIÇOS

Pregão Eletrônico nº 90004/2026

A empresa [razão social] _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, declara para os fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 90004/2026, que **compareceu aos locais onde serão executados os serviços objeto da presente licitação, acompanhado(a) de representante do órgão, e realizou a vistoria in loco**, tendo tomado plena ciência das condições físicas, estruturais, operacionais e do grau de complexidade envolvido na execução contratual.

Declara, ainda, estar ciente de que a vistoria ora realizada constitui etapa integrante do processo licitatório e que eventual desconhecimento posterior das condições verificadas in loco não poderá ser alegado como justificativa para descumprimento contratual ou solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei.

(Local), ____ de _____ de ____.

(Assinatura do representante da empresa)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

VISTO PELO REPRESENTANTE DO ÓRGÃO

Declaro que acompanhei a vistoria técnica realizada pelo(a) representante acima identificado(a), nos termos do edital.

(Local), ____ de _____ de ____.

(Assinatura do representante do órgão)

Nome:

Cargo/Função:

ALFREDO LANZA CHAVES
Engenheiro
MGI-SRA/MS-EPCON



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Lanza Chaves, Engenheiro(a)**, em 08/04/2026, às 20:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59929122** e o código CRC **F24D61BF**.



ANEXO 5 EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA AO LOCAIS DOS SERVIÇOS

1. ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA AO LOCAIS DOS SERVIÇOS

- 1.1. A declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:
- a) Razão social e nome fantasia (se houver);
 - b) Número do CNPJ;
 - c) Endereço completo da empresa;
 - d) Informações de contato corporativo: e-mail, telefone fixo, celular e/ou WhatsApp;
 - e) Local e data de emissão da declaração;
 - f) Nome completo, cargo e assinatura do responsável legal pela empresa.

2. MODELO DA DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA AOS LOCAIS DE SERVIÇOS

Pregão Eletrônico nº 90004/2026

A empresa [razão social]_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, declara para os fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 90004/2026, que **RENUNCIA, de forma expressa e irrevogável, ao direito de realizar vistoria técnica nos locais de execução dos serviços objeto da presente licitação**, estando ciente de que:

- a) Não poderá alegar, em momento posterior, desconhecimento das condições, características e dificuldades inerentes à execução dos serviços;
- b) Serão indeferidas eventuais solicitações de revisão contratual, reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogações de prazo ou outras reivindicações que tenham como fundamento a ausência de vistoria.

(Local), ____ de _____ de ____.

(Assinatura do representante da empresa)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

ALFREDO LANZA CHAVES

Engenheiro

MGI-SRA/MS-EPCON



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Lanza Chaves, Engenheiro(a)**, em 08/04/2026, às 20:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59929147** e o código CRC **E32F1810**.



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas
Superintendência Regional de Administração no Estado do Mato Grosso do Sul
Planejamento e Licitação

ANEXO 6 EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO FAMILIAR

1. ORIENTAÇÕES QUANTO A ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO

1.1. Elaborar a declaração em papel com identificação da empresa, contendo:

- a) CNPJ;
- b) razão social/nome de fantasia;
- c) endereço;
- d) contato corporativo (e-mail, telefone fixo, celular, whatsapp, etc.);
- e) data e local da elaboração da declaração;
- f) assinatura do responsável;
- g) identificação do responsável;

1.2. Caso o licitante **possua** vínculo familiar com agente público vinculado à Administração contratante, deverá consultar a Tabela de Grau de Parentesco abaixo para identificar e declarar expressamente o grau correspondente, conforme exigido pela legislação vigente:

PARENTES EM LINHA RETA		
Grau	Vínculo de Cosanguinidade	Vínculo de Afinidade
1º	Pai, mãe, filho ou filha do agente público	Sogro, sogra, genro, nora, padrasto, madrastra, enteado ou enteada do agente público
2º	Avô, avó, neto ou neta do agente público	Avô, avó, neto ou neta do cônjuge ou companheiro do agente público
3º	Bisavô, bisavó, bisneto ou bisneta do agente público	Bisavô, bisavó, bisneto ou bisneta do cônjuge ou companheiro do agente público

PARENTES EM LINHA COLATERAL		
Grau	Vínculo de Cosanguinidade	Vínculo de Afinidade
1º	não se aplica	não se aplica
2º	Irmão ou irmã do agente público	Cunhado ou cunhada do agente público
3º	Tio, tia, sobrinho ou sobrinha do agente público	Tio, tia, sobrinho ou sobrinha do cônjuge ou companheiro do agente público

2. MODELO DA DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO/NÃO VÍNCULO FAMILIAR

Pregão Eletrônico nº 90004/2026

A empresa [razão social] _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, declara estar ciente da vedação da prática de nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do Decreto nº7.203 de 04 de junho de 2010 e da portaria ME nº1.144, de 3 de fevereiro de 2021 e declara que:

- () **NÃO POSSUO** vínculo por consanguinidade ou de afinidade com ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança no âmbito do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.
- () **POSSUO** vínculo com servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos:

Havendo vínculo familiar informar:

- Grau: _____
- Cosanguinidade: _____
- Vínculo: _____

Tipo de Cargo ou Função ocupado no âmbito do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

- () Natureza Especial - CNE
- () DAS ou FCPE (1 a 6)
- () Função gratificada FG (1 a 3)

Declaro, sob as penas da lei, que as informações acima são verdadeiras, ciente de que a falsidade desta declaração poderá ensejar a aplicação de sanções civis, administrativas e penais, nos termos do artigo 299 do Código Penal.

_____, ____ de _____ de 2026

(Assinatura do representante da empresa)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

ALFREDO LANZA CHAVES
Engenheiro
MGI-SRA/MS-EPCON



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Lanza Chaves, Engenheiro(a)**, em 08/04/2026, às 20:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59989652** e o código CRC **39F6381E**.



ANEXO 7 EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE AS CONDIÇÕES DOS LOCAIS, INFORMAÇÕES E EXECUÇÃO DO CONTRATO DE SERVIÇOS

1. ORIENTAÇÕES QUANTO A ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO

- 1.1. Elaborar a declaração em papel com identificação da empresa, contendo:
- a) CNPJ;
 - b) razão social/nome de fantasia;
 - c) endereço;
 - d) contato corporativo (e-mail, telefone fixo, celular, whatsapp, etc.);
 - e) data e local da elaboração da declaração;
 - f) assinatura do responsável;
 - g) identificação do responsável;

2. MODELO DA DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE AS CONDIÇÕES DOS LOCAIS, INFORMAÇÕES E EXECUÇÃO DO CONTRATO DE SERVIÇOS

Pregão eletrônico nº 90004/2026

A empresa [razão social]_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, declara para os fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 90004/2026, pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, como requisito para a celebração do contrato, incluindo os locais e o grau de dificuldade envolvidos, bem como das informações pertinentes à correta execução dos serviços. Estou ciente de que será INDEFERIDA toda e qualquer solicitação de vantagens, reajuste ou outros pedidos decorrentes do desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes para a execução do contrato.

(Local), ____ de _____ de ____.

(Assinatura do representante da empresa)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

ALFREDO LANZA CHAVES
Engenheiro
MGI-SRA/MS-EPCON



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Lanza Chaves, Engenheiro(a)**, em 08/04/2026, às 20:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59928744** e o código CRC **DB575D14**.



ANEXO 8 EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE

1. ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE

- 1.1. A declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:
- a) Razão social e nome fantasia (se houver);
 - b) Número do CNPJ;
 - c) Endereço completo da empresa;
 - d) Informações de contato corporativo: e-mail, telefone fixo, celular e/ou WhatsApp;
 - e) Local e data de emissão da declaração;
 - f) Nome completo, cargo e assinatura do responsável legal pela empresa.

2. MODELO DA DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE

Pregão Eletrônico nº 90004/2026

A empresa [razão social]_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, declara, para os fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 90004/2026 e sob as penas da lei, especialmente o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de forma independente, sem qualquer participação, colaboração, influência ou troca de informações com outros licitantes, reais ou potenciais;
- b) não houve comunicação prévia com concorrentes quanto à intenção de participar ou quanto ao conteúdo da proposta;
- c) não buscou influenciar, de forma direta ou indireta, a decisão de outros licitantes sobre sua participação no certame;
- d) compromete-se a manter sigilo sobre o conteúdo da proposta até a adjudicação do objeto licitado;
- e) a proposta não foi discutida ou revelada, total ou parcialmente, a qualquer integrante da Administração Pública antes da abertura oficial das propostas;
- f) está plenamente ciente do teor e das implicações legais desta declaração, e declara possuir plenos poderes para firmá-la.

(Local), ____ de _____ de ____.

(Assinatura do representante da empresa)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

ALFREDO LANZA CHAVES
Engenheiro
MGI-SRA/MS-EPCON



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Lanza Chaves, Engenheiro(a)**, em 08/04/2026, às 20:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59928805** e o código CRC **D391D6D2**.



ANEXO 9 EDITAL - MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR constitui mecanismo de gestão contratual, anexo ao contrato celebrado entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, destinado a definir, de forma objetiva, mensurável e verificável, os níveis esperados de qualidade na prestação dos serviços.
- 1.2. O IMR estabelece critérios para avaliação contínua do desempenho da CONTRATADA, permitindo a vinculação do pagamento à qualidade efetivamente entregue, mediante aplicação de ajustes proporcionais, quando verificado o não atendimento aos níveis mínimos estabelecidos.
- 1.3. A Fiscalização Técnica do contrato deverá acompanhar sistematicamente a execução dos serviços, avaliando o desempenho da CONTRATADA com base nos indicadores definidos neste instrumento, podendo, quando for o caso, promover o redimensionamento dos valores a serem pagos, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.
- 1.4. O presente instrumento aplica-se à prestação de serviços de telecomunicações, abrangendo aspectos relacionados à disponibilidade, qualidade, continuidade e conformidade dos serviços contratados.

2. OBJETIVOS A ATINGIR

- 2.1. O IMR tem por objetivo assegurar que a prestação dos serviços de telecomunicações ocorra de forma contínua, eficiente e com elevados padrões de qualidade, em conformidade com as especificações contratuais.
- 2.2. Adicionalmente, busca-se:
- garantir a adequada execução dos serviços contratados;
 - identificar falhas ou desvios na prestação dos serviços;
 - subsidiar a atuação da fiscalização contratual;
 - promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços;
 - assegurar que o pagamento reflita o desempenho efetivamente obtido pela CONTRATADA.

- 2.3. A utilização do IMR não impede a aplicação de outros mecanismos de avaliação e controle previstos no contrato.

3. FORMA DE AVALIAÇÃO

- 3.1. A avaliação da prestação dos serviços será realizada com base na verificação do cumprimento dos indicadores de desempenho estabelecidos neste instrumento.
- 3.2. Durante a execução contratual, especialmente na fase de recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar continuamente a qualidade dos serviços de telecomunicações prestados, registrando eventuais falhas, irregularidades ou não conformidades identificadas.
- 3.3. Os resultados da avaliação deverão ser apresentados à CONTRATADA, por intermédio de seu preposto, que deverá tomar ciência formal dos apontamentos realizados.
- 3.4. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para eventual desempenho inferior ao esperado, a qual será analisada pela fiscalização, podendo ser aceita quando devidamente comprovada a ocorrência de fatores excepcionais, imprevisíveis e alheios ao controle da contratada.
- 3.5. A avaliação poderá ser realizada em periodicidade diária, semanal ou mensal, conforme a natureza do indicador, sendo consolidada mensalmente para fins de apuração do desempenho global e eventual redimensionamento do pagamento.

4. SANÇÕES

- 4.1. A aplicação de ajustes no pagamento decorrentes do IMR não se confunde com a aplicação de sanções administrativas, constituindo instrumento de gestão contratual voltado à aferição da qualidade dos serviços prestados.
- 4.2. Todavia, o desempenho insatisfatório reiterado, caracterizado pelo descumprimento dos níveis mínimos de qualidade estabelecidos, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente.
- 4.3. Na hipótese de ocorrência de falhas que ultrapassem os limites toleráveis definidos nos indicadores, além dos ajustes financeiros aplicáveis, a CONTRATANTE poderá adotar as medidas administrativas cabíveis.
- 4.4. O somatório dos ajustes aplicados no período de medição deverá observar o limite máximo de 10% (dez por cento) do valor mensal contratado, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas no instrumento contratual.

4.5. O IMR deverá ser compreendido pela CONTRATADA como compromisso de desempenho e qualidade, sendo condição para o recebimento integral dos valores contratados o atendimento aos níveis mínimos estabelecidos neste instrumento.

5. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

5.1. A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não aplicável para o mês de medição” para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário.

5.2. Para tanto, serão quatro indicadores distintos que serão avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR		
CONFORME ANEXO V-B da IN 05/2017 - SEGES/MPDG		
Processo 11597.000058/2026-54 - Pregão Eletrônico SRP nº 90004/2026 - Telefonia		
INDICADORES		
1	DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO	
2	PRAZO DE ATENDIMENTO (SLA)	
3	REINCIDÊNCIA DE FALHAS	
4	QUALIDADE DO SERVIÇO	
INDICADOR Nº 01: DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO		
Finalidade	Assegurar a continuidade e disponibilidade dos serviços de telecomunicações.	
Meta a Cumprir	Manter disponibilidade mensal mínima de 98% dos acessos, linhas, ramais ou canais contratados, ressalvadas interrupções programadas previamente comunicadas e aceitas pela Contratante. O percentual estabelecido considera a natureza contínua do serviço, o histórico de contratações similares no âmbito da Administração Pública e parâmetros usualmente adotados para serviços de telecomunicações, assegurando equilíbrio entre nível de serviço exigido e viabilidade operacional.	
Instrumento de Medição	Apuração da quantidade e duração das indisponibilidades registradas no período de avaliação, com base em registros de chamados, relatórios da contratada, relatórios de monitoramento e constatações da fiscalização.	
Forma de Acompanhamento	Por meio do fiscal técnico do contrato, mediante análise de registros de indisponibilidade, protocolos de atendimento, relatórios operacionais da contratada e comunicações formais dos usuários/setores demandantes.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviços.	
Ocorrências / Pontuação	indisponibilidade superior a 2 horas consecutivas	1 ponto por ocorrência;
	indisponibilidade superior a 8 horas consecutivas	3 pontos por ocorrência;
	indisponibilidade superior a 24 horas consecutivas	5 pontos por ocorrência.
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	

Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.

INDICADOR Nº 02 –PRAZO DE ATENDIMENTO (SLA)		
Finalidade	Garantir o atendimento tempestivo dos chamados técnicos relacionados à instalação, configuração, reparo, restabelecimento ou suporte dos serviços contratados.	
Meta a Cumprir	Início do atendimento: até 4 horas a partir da abertura do chamado; Solução da ocorrência: até 24 horas, salvo situações de maior complexidade devidamente justificadas.	
Instrumento de Medição	Verificação do intervalo entre a abertura do chamado e o início do atendimento, bem como entre a abertura do chamado e a efetiva solução da demanda.	
Forma de Acompanhamento	Por meio do fiscal técnico do contrato, com base em protocolos, registros de chamados, relatórios da contratada e comunicações eletrônicas formalmente registradas.	
Periodicidade	Mensal.	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências / Pontuação	atendimento ou solução fora do prazo de 24 horas	1 ponto por ocorrência;
	atraso superior a 24 horas adicionais ao prazo estabelecido:	3 pontos por ocorrência;
	atraso superior a 48 horas adicionais ao prazo estabelecido:	5 pontos por ocorrência.
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

INDICADOR Nº 03 - REINCIDÊNCIA DE FALHAS	
Finalidade	Avaliar a efetividade das soluções adotadas pela contratada, evitando a repetição de falhas já supostamente corrigidas.
Meta a Cumprir	Solucionar definitivamente os problemas identificados, sem reincidência da mesma falha em prazo reduzido após o atendimento.
Instrumento de Medição	Apuração de reabertura de chamado ou novo registro da mesma falha em mesma linha, ramal, tronco, canal ou serviço dentro do período de referência definido.

Forma de Acompanhamento	Por meio do fiscal técnico do contrato, mediante análise do histórico de chamados, relatórios técnicos e registros de falhas repetidas comunicadas pelos usuários ou unidades atendidas.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências / Pontuação	reincidência da mesma falha em até 5 dias úteis após a solução informada	2 pontos por ocorrência;
	duas reincidências da mesma falha no mesmo mês	4 pontos
	três ou mais reincidências da mesma falha no mesmo mês	5 pontos.
Faixas de ajustes no Pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

INDICADOR Nº 04 - QUALIDADE DO SERVIÇO		
Finalidade	Assegurar padrão mínimo de qualidade na realização das comunicações telefônicas, evitando falhas que comprometam o uso regular do serviço.	
Meta a Cumprir	Garantir a adequada funcionalidade das comunicações telefônicas, com níveis aceitáveis de qualidade, considerando a ausência de falhas recorrentes devidamente registradas e comprovadas.	
Instrumento de Medição	Registro das ocorrências relacionadas à baixa qualidade das ligações, falhas de completamento, quedas, interferências ou outros problemas operacionais devidamente constatados.	
Forma de Acompanhamento	Por meio do fiscal técnico do contrato, com base em relatos formalizados pelos usuários, testes realizados, registros de chamados e relatórios operacionais apresentados pela contratada.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências / Pontuação	rRegistro de falha de comunicação formalizada por usuário e confirmada pela fiscalização:	1 ponto por ocorrência;
	Ocorrência repetida da mesma falha em mesma unidade, linha ou ramal, com no mínimo 2 registros formais:	3 pontos por ocorrência;
	Ocorrência com impacto coletivo, caracterizada por 3 ou mais usuários afetados ou interrupção relevante do serviço:	5 pontos por ocorrência.

Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.

DESCONTOS	
Pontos	Desconto
2,0 a 5,0	0,5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
5,1 a 8,0	1% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
8,1 a 11,0	2% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
11,1 a 14,0	3% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
14,1 a 16,0	4% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
16,1 a 20,0	5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
20,1 a 25,0	7% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
25,1 a 30,0	10% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
1.	O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, dentro do mês de competência, sofrerá acréscimo de 5,0 pontos na contagem final do desconto.
2.	Condutas reincidentes no decorrer do contrato devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.
3.	Para os casos de acúmulo acima de 30 (trinta) pontos no mês, por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no Termo de Referência.

6. **FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS**

6.1. O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

INDICADOR 1 - DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR 2 - PRAZO DE ATENDIMENTO (SLA)	
Total de ocorrências	

Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR 3 - REINCIDÊNCIA DE FALHAS	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR 4 - QUALIDADE DO SERVIÇO	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
NOTA FINAL	
PERÍODO DE AFERIÇÃO	
PONTUAÇÃO FINAL	
Observações:	

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre a Contratante, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos/MS e a Contratada, a empresa [razão social]_____, CNPJ nº_____, com sede à _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, e é parte integrante do contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 90004/2026, celebrado para a Contratação, por meio do sistema de registro de preços de pessoa jurídica para a prestação de Serviço de Telefonia Fixa Comutada para chamadas local (STFC-LO) e de Serviço de Telefonia para chamadas longa distância nacional internacional, na modalidade Discagem Direta a Ramal (DDR), originadas de Fixo-Fixo e Fixo-Móvel, para atender a Superintendência Regional de Administração do MGI no Mato Grosso do Sul

7.2. Ademais, este instrumento tem por finalidade esclarecer e consolidar os compromissos firmados entre as partes, promovendo a atuação conjunta na prestação de serviços com qualidade e eficiência, em atendimento ao interesse público.

7.3. As assinaturas deste instrumento atestam que as partes procederam à sua revisão e que, quanto às necessidades envolvidas, foram estabelecidos objetivos factíveis e passíveis de mensuração durante a execução dos serviços.

(Local), ____ de _____ de ____.

(Assinatura do representante da empresa contratada)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

(Assinatura do representante do órgão contratante)

Nome:

Cargo/Função:

ALFREDO LANZA CHAVES
Engenheiro
MGI-SRA/MS-EPCON



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Lanza Chaves, Engenheiro(a)**, em 08/04/2026, às 21:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59928961** e o código CRC **46ED7E74**.

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS

Ata de Registro de Preços 6/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	170106-SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS	JORGE YABUSAME	09/04/2026 11:22 (v 0.2)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	26/2026	11597.000058/2026-54

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº1597.000058/2026-54

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A UNIÃO, por intermédio da Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos em Mato Grosso do Sul – SRA-MGI/MS, com sede na Rua Pimenta Bueno, nº 139, Bairro Amambai, na cidade de Campo Grande - MS, CEP: 79005-020, na cidade de Campo Grande/MS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.489.829/0103-80, neste ato representado(a) pelo(a) Superintendente Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Mato Grosso do Sul, Sr. MAURICIO BENICIO DOS SANTOS, nomeado pela Portaria nº DGP/SSC/MGI nº 8.341, de 02 de agosto de 2023, publicada no DOU de 01 de julho de 2026, portador da Matrícula Funcional nº 1370012, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão eletrônico nº 90004/2026 ~~OU [procedimento de contratação direta]~~, para registro de preços, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 11597.000058/2026-54 RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ~~OU [Aviso da Contratação Direta]~~, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços de telefonia fixa, especificado no item 1.1. do Termo de Referência, anexo 1 do edital de licitação ~~OU [aviso da contratação direta]~~ n.º 90004/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado[A1] , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item[A2] , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social:						
CNPJ:						
Endereço:						
Contato						
E-mail:						
Representante:						
Item	Especificação	Unidade	Quant. Máximo	Quant. Mínimo	Valor Unitário	Prazo Validade
1	Habilitação terminal não residencial/ taxa instalação	Unidade	1	0		12 meses
2	Assinatura de DDR (30 ramais) x 24 meses	Unidade	720	0		12 meses
3	Chamadas locais fixo-fixo STFC-Local-FF	Minuto	36.000	0		12 meses
4	Chamadas locais fixo-movel STFC-Local-FM (VC1)	Minuto	26.400	0		12 meses
5	Chamadas nacionais fixo-fixo STFC-LDN-FF (degraus 1 a 4)	Minuto	26.400	0		12 meses
6	Chamadas nacionais fixo-movel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	Minuto	7.390	0		12 meses

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.[A3]

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador e participante será a [Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Estado do Mato Grosso do Sul - SRA/MS](#).

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

OU

~~3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:~~

ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE			
Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS			
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambaí - Campo Grande MS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL
1	Habilitação terminal não residencial/ taxa instalação	Unidade	1
2	Assinatura de DDR (30 ramais) x 24 meses	Unidade	720
3	Chamadas locais fixo-fixo STFC-Local-FF	Minuto	36.000
4	Chamadas locais fixo-movel STFC-Local-FM (VC1)	Minuto	26.400
5	Chamadas nacionais fixo-fixo STFC-LDN-FF (degraus 1 a 4)	Minuto	26.400
6	Chamadas nacionais fixo-movel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	Minuto	7.390

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

~~4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços [A1] decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.~~

OU

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir[A1] do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ~~OU [não poderá]~~ ser renovado o quantitativo originalmente registrado.[A2]

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. *O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.*

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a **obrigatoriedade** ~~possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta pelo quantitativo máximo em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital OU [aviso de contratação direta]~~ e se obrigar nos limites dele;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no **edital** ~~OU [aviso de contratação direta]~~; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do [edital](#) ~~ou [aviso de contratação direta]~~, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021[\[A1\]](#) ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no [edital](#) ~~OU [aviso de contratação direta]~~.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao [edital](#) ~~OU [aviso de contratação direta]~~.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo[A1]

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

--	--

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAURICIO BENICIO DOS SANTOS
Autoridade competente

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS

Contrato 30/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
30/2026	170106-SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS	JORGE YABUSAME	09/04/2026 14:02 (v 0.2)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	26/2026	11597.000058/2026-54

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº11597.000058/2026-54

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ~~xx/xxxx~~, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
E

A ~~União~~ ~~OU~~ ~~[Autarquia XXXXX]~~ ~~OU~~ ~~[Fundação XXXXX]~~[A1], por intermédio da ~~superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos em Mato Grosso do Sul – SRA-MGI/MS~~, com sede na ~~Rua Pimenta Bueno, nº 139, Bairro Amambai, na cidade de Campo Grande/MS~~ inscrito(a) no CNPJ sob o nº ~~00.489.829/0103-80~~, neste ato representado pelo ~~Superintendente Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Mato Grosso do Sul, Sr. MAURICIO BENICIO DOS SANTOS~~, nomeado pela Portaria nº ~~DGP/SSC/MGI nº 8.341, de 02 de agosto de 2023~~, publicada no DOU de ~~01 de julho de 2025~~, portador da Matrícula Funcional nº ~~1370012~~, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ~~CONTRATADO~~, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ~~CNPJ~~, sediado(a) no ~~[endereço]~~, na cidade de ~~[cidade/UF]~~, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ~~[nome e função no CONTRATADO]~~, conforme ~~[atos constitutivos da empresa]~~ ~~OU~~ ~~[procuração apresentada nos autos]~~, tendo em vista o que consta no Processo nº ~~11597.000058/2026-54~~ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do ~~Pregão Eletrônico~~ ~~OU~~ ~~[Concorrência]~~ ~~OU~~ ~~[Dispensa de Licitação]~~ ~~OU~~ ~~[inexigibilidade de Licitação]~~ nº ~~90004/2026~~, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas. [A2]

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de ~~telefonia fixa, através do Sistema de Registro de Preços~~, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

GRUPO 1						
Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul - SRA/MS						
Rua Pimenta Bueno, nº 139, CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande MS						

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	UNITÁRIO	VALOR	TOTAL
1	Habilitação terminal não residencial/ taxa instalação	26085	Unidade	1				
2	Assinatura de DDR (30 ramais) x 24 meses	26093	Unidade	720				
3	Chamadas locais fixo-fixo STFC-Local-FF	26115	Minuto	36.000				
4	Chamadas locais fixo-movel STFC-Local-FM (VC1)	26123	Minuto	26.400				
5	Chamadas nacionais fixo-fixo STFC-LDN-FF (degraus 1 a 4)	23131	Minuto	26.400				
6	Chamadas nacionais fixo-movel STFC-LDN-FM (VC2 e VC3)	26140	Minuto	7.390				

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação OU ~~[A Autorização de Contratação Direta]~~ OU ~~[O Aviso de Dispensa Eletrônica];~~

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é de [24 meses] contados do(a) [xx/xx/2026], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.~~

OU

2.3. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de até 12 (doze) meses, prorrogável em caráter excepcional por igual período, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.462/2023

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.4.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.4.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2]).

2.5. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

- 2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

OU

~~2.9. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo - máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021.[A3]~~

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

~~5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)~~

OU

5.2. O valor total da contratação é de **R\$ 36.821,50** (trinta e seis mil, oitocentos e vinte e um reais e cinquenta centavos)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.[A1]

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. . indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. ixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4.. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1 A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.[A1]

8.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**:[A2]

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais[A3] ;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A2]

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO[A3] ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22.. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local:

GRUPO 1
Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul (SRA/MS)
Rua Pimenta Bueno, nº 139 - CEP 790005-020 Bairro Amambai - Campo Grande - MS
Contato: Sr. Wyllians Verissimo da Silva - e-mail: wyllians.silva@gestao.gov.br
Telefone: (67) 3345-4115

- 9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços em distância de 10 km (dez quilômetros) do local demandado[A4] .
- 9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.38. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.[A5]
- 9.38.1 Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A1]

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A2]

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional. [A3]

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.[A1]

OU

~~11.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.~~

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

~~13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.~~

~~13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:~~

~~13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual~~

OU

~~13.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A1].~~

~~13.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A2].~~

~~13.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.~~

~~13.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

OU

13.7. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A3] contraentes.

13.8. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.9. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.11. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.12. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.12.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.12.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.12.3. Das indenizações e multas.

13.13. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.14. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.14.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.14.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.15. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A1]

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Mato Grosso do Sul*, Seção Judiciária de *Campo Grande/MS* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2- [A1]

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAURICIO BENICIO DOS SANTOS
Autoridade competente